



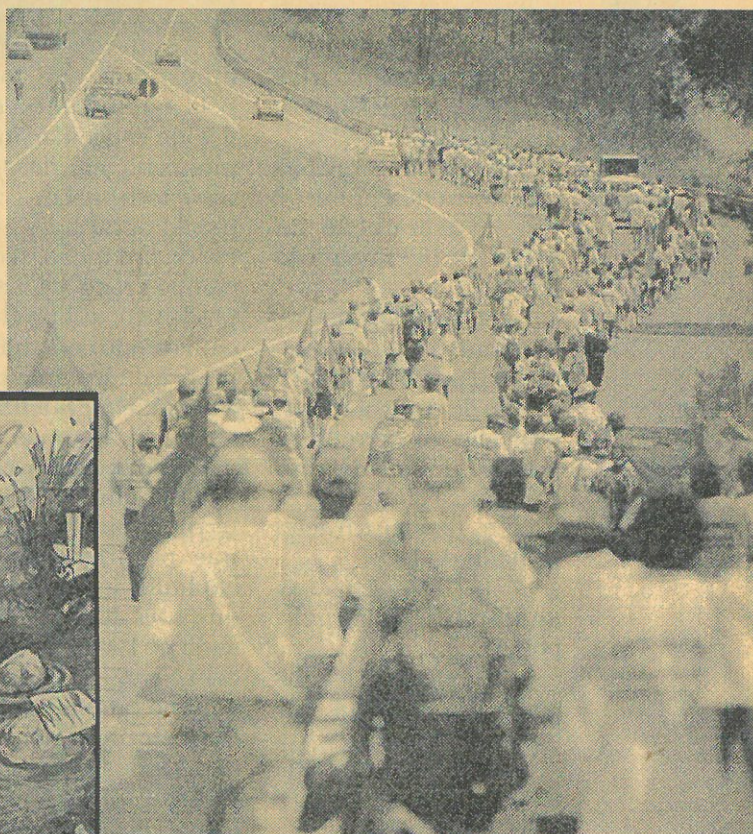
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO VIII - Nº 128 - 2ª QUINZENA DE MARÇO DE 1997 - R\$ 1,00

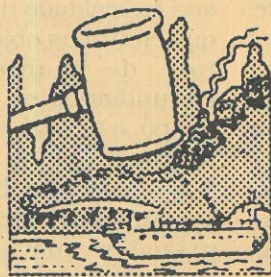
## AS TAREFAS DA SITUAÇÃO:

**Apoiar a luta dos sem-terra  
e defender suas lideranças!  
Trabalhar pela aliança  
operário-camponesa!**



**Denunciar a farsa  
da CPI dos precatórios  
que não vai punir ninguém!  
Lutar pela convocação  
dos Tribunais Populares  
para julgar e punir  
a burguesia corrupta!**

**Organizar imediatamente  
a resposta à ofensiva do  
governo FHC, que ataca  
a Previdência,  
a Educação,  
a Saúde, entrega  
as estatais e prepara a demissão  
em massa de funcionários!**



# Porque o governo, a justiça e a UDR atacam os camponeses sem-terra. Porque é necessária a aliança operária e camponesa. E porque, sem se organizar a auto-defesa armada, os camponeses não conquistarão a terra.

Nacional

A luta pela terra tem ganhado cada vez mais importância, e se destaca com:

- os massacres de Curumbiara e Eldorado dos Carajás;
- a impunidade dos policiais assassinos e mandantes
- o tiroteio contra os sem-terra do Pontal
- a decretação da prisão de lideranças do MST
- a nova lei de desarmamento
- o plano do Ministro Jobim de controlar com a polícia e o exército os passos do movimento camponês
- a reestruturação armada da UDR
- a invasão dos acampamentos pela polícia
- o projeto de lei impedindo vistoria em terras ocupadas
- a campanha político-ideológica para que se reprima o MST

Tudo isso indica o quê? Está mais do que claro que o objetivo do governo capitalista é esmagar o MST e assim bloquear a luta pela terra.

O governo apresenta demagogicamente sua política agrária de assentamentos, falsamente chamada de reforma agrária. Com ela, procura amenizar a luta de classes no campo e conter o movimento camponês pela terra. No mesmo sentido veio o Pronaf, pretensamente destinado aos milhares de pequenos proprietários, que vi-

vem na miséria e que vêm sendo expulsos do campo. O fracasso desses planos é mais uma prova de que a burguesia e seu Estado não podem fazer uma ampla distribuição de terras nas condições atuais do capitalismo.

Ao mesmo tempo, os latifúndios aumentam sua força, estimulados pela agroindústria e pelas necessidades de especulação do capital. O capitalismo, em nosso país, sempre se caracterizou por conservar sua economia agrária no atraso e na ausência de produção. A estrutura geral do campo brasileiro é a do latifúndio improdutivo, subprodutivo e produtivo, convivendo com milhões de pequenas propriedades arcaicas. O predomínio do atraso é evidente, apesar da existência de algumas regiões altamente avançadas pela agroindústria.

Os milhares e milhares de sem-terra e sem-emprego vêm das pequenas propriedades esmagadas pelo capitalismo da era monopolista. O que quer dizer que o capitalismo atrasado no Brasil não é capaz de acabar com o campesinato atrasado, através de uma ampla industrialização, nem lhe pode dar condições de sobrevivência. Onde a agroindústria penetra, expulsa-lhe da terra e incentiva o desemprego. Onde se preserva o velho latifúndio, o camponês minifundiário permanece a ele ligado em profundo atraso e pobreza. Está aí por que o governo não pode fazer nenhuma reforma agrária. E por que o programa de assentamentos é uma manobra contra o movimento camponês pela terra.

A presença do MST e o aumento de sua capacidade de luta está em choque contra os objetivos governamentais de manter a "paz" dos latifundiários no campo. Ao mesmo tempo, a direção política do MST tenta provar:

- a possibilidade da política de assentamentos, através das desapropriações com indenização aos latifúndios improdutivos;
- a viabilidade econômica de assentamentos cooperativizados.

Com isso, procura submeter o mo-

vimento a uma reforma capitalista num modelo semelhante ao do programa governamental. Se a força do movimento está na luta de ocupação, sua fraqueza está na estratégia reformista aplicada pela direção.

O governo procura explorar essa contradição. Inicialmente, estabeleceu uma relação negociadora, tentando enganar com as promessas de assentamento. Sua intenção era a de fazer do MST uma escora para seu programa. Não deu certo porque não conseguiu e não conseguirá cumprir nem mesmo seus objetivos miseráveis. A falência dessa tentativa de esvaziar a luta direta camponesa levou à volta do crescimento das ocupações, sem as quais o MST não sobrevive.

Em resposta, o governo assumiu sua real posição: desfechar a força das prisões e da repressão policial. Os latifundiários reclamavam, exigindo que o governo protegesse o direito burguês à propriedade, ameaçado pelas ocupações. Nesse mesmo sentido, a UDR ressurgiu armada no Pontal. Novamente, o poder judiciário foi acionado para prender as lideranças.

Os massacres e agressões armadas indicam o caminho por onde anda e andarão o MST. Não é possível escapar dele. Pode-se avançar as ocupações e se enfrentar a repressão. Ou pode-se caminhar para a rendição e traição. Trata-se de condições objetivas da luta de classes no campo.

Para enfrentarmos a ofensiva repressiva do governo e da UDR, necessitamos de um amplo movimento social. Esse movimento tem de unir o campo e a cidade, quer dizer, a unidade entre o movimento operário e camponês. Esta unidade significa hoje, concretamente, quebrar o isolamento da luta dos sem-terra, através do apoio do movimento operário e popular. Não adianta se limitar à simpatia pela causa dos sem-terra. É necessário organizar a luta proletária contra o governo e seu Plano antinacional e antipopular. Existe um obstáculo que deve ser vencido para se romper o isolamento das lutas e



transformar os combates parciais em movimento geral dos explorados contra a opressão capitalista. É a política dos reformistas e da burocracia sindical, que evitam colocar os sindicatos e a CUT em confronto com o governo e com sua política pró-imperialista. Além disso, os direitistas da Força Sindical colocam-se abertamente a favor do governo e sua política antinacional e antipopular.

Aqueles que estão sinceramente comprometidos com a luta pela destruição do poder latifundiário e pela entrega das terras aos camponeses têm o dever de defender e trabalhar pela construção de comitês de autodefesa armada contra os ataques assassinos dos latifundiários e da repressão do Estado. O caminho pacífico e de conciliação apresentado por alguns setores da Igreja, que tem grande influência sobre o MST, conduzirá a luta pela terra ao fracasso.

Ao contrário disso, devemos tomar consciência de que a vitória do movimento camponês depende da expropriação geral dos latifúndios pela via revolucionária. Ou seja, pela luta de classes, que inclui a autodefesa. As transformações no campo só virão



com uma revolução agrária, que por sua vez só acontecerá junto à revolução proletária. Para isso, é necessário desde já ir constituindo a aliança operária e camponesa.

Os ataques do governo ao MST estão demonstrando que estamos atrasados com essa tarefa. E, quanto mais a política do reformismo e da burocracia continuar a se fortalecer no movimento das massas, mais poder terá a burguesia para esmagar a luta camponesa. Está aí por que é necessário combatê-la sistematicamente através da defesa do programa da revolução proletária e dos métodos de luta dos explorados.

**Fora com as prisões das lideran-**

**ças do MST!**

**Pela libertação imediata de Márcio Barreto!**

**Fora com a política governamental de desarmamento dos trabalhadores!**

**Pela constituição de comitês de autodefesa!**

**Pela punição aos assassinos dos sem-terra!**

**Pela constituição de um Tribunal Popular para punir os assassinos e agressores.**

**Pela entrega das terras aos camponeses!**

**Pela expropriação geral dos latifúndios, sem indenização.**

**Pela aliança operária e camponesa!**

**Pela revolução agrária como parte da revolução proletária, sob um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).**

**Nacional**

## Por uma Plenária nacional de base para combater o plano de fome e miséria de FHC



Está claro que depois de votada a emenda da reeleição, o governo FHC volta a carga contra a vida dos trabalhadores e a economia nacional. O Parlamento, povoado de partidos pró-imperialistas e antipopulares, diz amém e apóia todos os passos da reforma reacionária do governo antinacional. É nessa situação que o governo vem desfechando um ataque sistemático ao movimento dos sem-terra, objetivando cercá-lo e liquidá-lo.

Os trabalhadores começam a se dar conta de que o Plano Real e o governo capitalista de FHC não fazem outra coisa senão aumentar a exploração, a pobreza e a miséria. A manifestação em São Bernardo dos metalúrgicos contra o governo só não foi contundente porque a burocracia sindical da CUT impediu que os operários expressassem completamente seu descontentamento. Sob o governo FHC, tem ocorrido centenas e centenas de greves, cuja fraqueza está no seu isolamento.

Está na hora da classe operária retomar a luta anti-governamental e colocar à luz do dia uma plataforma de reivindicações contra o desemprego, congelamento salarial, as reformas da Previdência, administrativas e o entreguismo das privatizações.

É preciso responder com a unidade nacional de massa

aos violentos ataques do governo antipopular. Se isso não for feito, a situação de esmagamento da vida dos trabalhadores piorará muito mais.

Tal unidade poderá ser conseguida através de uma grande campanha por todo o país pelas reivindicações mais sentidas pelos explorados, como o emprego, salário, terra e fim do entreguismo pró-imperialista. Para dar expressão organizativa e política a tal movimento, é necessário se convocar uma plenária nacional de base.

Esta deve estar constituída por delegados eleitos em assembléias fabris, sindicais, em outros locais de trabalho, nas escolas e no movimento dos sem-terra. Trata-se de uma plenária operária e camponesa para responder tanto os ataques econômicos do governo quanto aos ataques políticos, como os que têm sido desfechados contra o movimento dos sem-terra. É preciso que a militância dê vida a essa campanha no interior dos sindicatos e movimentos.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**

**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: SEMESTRAL - R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR DESTE JORNAL

## A CPI dos precatórios terminará em mais uma farsa É necessário um Tribunal Popular

A CPI dos precatórios já tem conhecimento de todo mapa da corrupção. Sabe de nomes chaves, de estados e municípios emissores de títulos, de bancos e corretoras, do sistema de lavagem em dólar, do valor da corretagem e de contas em bancos estrangeiros. Apenas diz não saber os nomes dos homens de ponta que ficaram com o grosso do 600 milhões de reais extorquidos através dos precatórios. Sem dúvida, é assombroso que com todos esses dados ainda não se saiba o paradeiro final de tamanho rombo nos estados e municípios. Ocorre que nas extremidades do mapa estão os tubarões. Com certeza, envolve altos banqueiros, homens de negócios e políticos da burguesia.

Todas as CPIs anteriores, como as de Collor, do Orçamento etc, mostraram que serviram para expor uma face da corrupção estatal e acobertar outra, certamente a principal. Nesse exato momento, vem à tona o vínculo de PC Farias, tesoureiro da campanha eleitoral de Collor, com a máfia italiana. Na ocasião da CPI de Collor, uma pequena ponta do novelo que ligava PC/Collor ao narcotráfico foi exposto, mas logo a tesoura da CPI cortou-a do restante do novelo. Somente os tontos acreditaram que o impeachment ocorreu por causa da corrupção envolvendo as empreiteiras e outras coisas. No escândalo do desvio de dinheiro do Orçamento por parlamentares,



A Secretaria das Finanças de São Paulo, na época dirigida por Pitta, era uma usina de títulos frios.

igualmente se cortou o fio da meada em vários pontos. Esse será também o destino dos precatórios.

Um leitor minimamente atento dos jornais já pôde observar o lugar estratégico dos governadores, prefeitos, Banco Central, e do Senado. Os primeiros emitiram títulos de precatórios fraudulentos e negociaram o trâmite com bancos e corretoras à margem dos leilões públicos (encenaram os leilões). Esses criminosos estão à vista: Paulo Afonso (Santa Catarina), Miguel Arraes (Pernambuco), Paulo Maluf/Pitta (São Paulo) etc. Os demais estão na penumbra, mas bem ao alcance dos olhos: os precatórios fraudulentos, inclusive falsificados, não poderiam passar pelo crivo do Banco Central sem a conivência dos seus diretores. E a comissão do senado responsável pela análise e pareceres sobre os precatórios é formada por quem sabe o que faz. E o governo federal, envolvido até o pescoço com o problema da dívida dos estados e municípios, por acaso ignorava totalmente o que se passava com os precatórios?

Também numa outra ramificação do mapa, por onde percorre o novelo, estão os grandes bancos que ficaram com os títulos de precatórios. São eles: Bradesco, Banespa, Unibanco, Itaú, Banestado etc. Essas instituições financeiras sabiam perfeitamente que estavam comprando títulos fora dos leilões. O que quer dizer participando do esquema de extorção das finanças públicas. Já está mais do que revelado que o Banco do Estado de Rondônia (Beron) foi um dos pivôs para a lavagem de boa parte dos 6 bilhões de reais de títulos. Os bancos e corretoras, reais ou fantasmas, como o Banco Vector, Negocial, Split, Perfil, IBF etc, são intermediários do rico saque.

Homens como Wagner Baptista Ramos, Pedro Neiva, Eduardo Campos, Pedro Eugênio etc, pertencentes

às administrações estaduais e municipais, são apenas uma peça articuladora. Tomaram parte do saque como peixes pequenos. Certamente sofrerão alguma amena sanção e se calarão para proteger banqueiros e altas personalidades do Estado. A CPI se encarregará de separar da quadrilha as consideradas honradas instituições, do tipo Bradesco. Separará as comissões dos atravessadores dos grandes lucros dos receptores finais dos títulos. Desligará a atividade criminosa do coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo dos diretores do Banco Central e dos prefeitos e governadores.

Alguns dos parlamentares mais importantes da CPI têm laços com homens ligados ao escândalo dos precatórios. O senador Gilberto Miranda (PFL), ao mesmo tempo que investiga, é suspeito de ter trabalhado junto ao Banco Central para que fosse aprovada a emissão de precatórios da prefeitura de São Paulo. Espiridião Amin (PPB) é ligadíssimo a Paulo Maluf e daí a Pitta. Não é por acaso que já foi feita a denúncia de sabotagem dentro da própria CPI.

O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, reagiu prontamente contra a idéia de uma CPI dos bancos. Quanto menos desfiar o novelo melhor. E quanto mais eficaz for o trabalho de identificar apenas alguns bodes expiatórios melhor. Trata-se de mostrar à população trabalhadora apenas uma pequena parte do mapa da corrupção, aparentando-a como se fosse o todo. Assim, aqueles que trabalham, recebem um salário miserável e passam fome, veem que o seu sacrifício não é em vão.

### A fonte da corrupção se encontra no capitalismo

O governo dos capitalistas, do qual faz parte o Congresso que aprova os precatórios, pode baixar medidas econômicas que aumentam o desemprego, congelam os salários, destroem a previdência estatal, penalizam os aposentados, liquidam a saúde e a educação públicas etc, uma vez que administra o Estado com "honestidade" e "isenção". Entretanto, os fatos se encarregam de demonstrar que o governo da burguesia só não é instrumento de sustentação da exploração como também um antro



de corrupção e ladroagem. Enquanto milhões e milhões labutam e não sabem como viver com um, dois ou três salários mínimos, um bando de sequeiros governamentais esbanjam bilhões para encher os bolsos de ladrões e banqueiros. Enquanto se corta verbas da saúde e educação, se arromba os cofres do Estado.

Essa contradição é própria da natureza do sistema capitalista de exploração do trabalho, que se agrava na atual situação de crise e decomposição. As medidas governamentais de fome e miséria do povo, o esbanjamento e corrupção compõem o quadro de degenerescência das relações econômicas e sociais do capitalismo. A corrupção não é circunscrita à esportividade de alguns canalhas. Mas sim é o modo de existência do Estado burguês, que se apóia numa estrutura econômica decadente e anárquica, controlada por um punhado de banqueiros, industriais e grandes comerciantes. São estes mesmos

capitalistas que saqueiam as finanças públicas e depois fazem os planos de desemprego e fome.

Está aí por que as CPIs não podem investigar a fundo, revelar toda a trama da corrupção e punir os responsáveis. Ou seja, tal tarefa atinge o centro de poder da burguesia, que é seu governo central e suas instituições parlamentares, chegando aos grandes magnatas.

### Convocar os Tribunais Populares

A resposta a essa situação de descalabro só pode vir das massas exploradas. Se os trabalhadores não se levantarem contra os governantes e saírem às ruas tomando o problema em suas próprias mãos, mais uma vez teremos uma farsa. Tomar em suas próprias mãos significa rechaçar de conjunto as instituições da burguesia (Parlamento, CPI, Justiça etc) e edificar seus próprios organismos independentes do Estado.

É preciso, nesse sentido, organizar um Tribunal Popular, nascido das mobilizações operárias, camponesas e populares. Um Tribunal eleito pelas massas e por elas controlado. Trata-se, portanto, de um organismo de luta, que não tenha nenhum envolvimento com o poder do Estado e com a classe capitalista, de onde emana toda a corrupção. Um organismo que encare o saque às finanças públicas e a corrupção do ponto de vista da exploração sofrida pelos trabalhadores e da fome imperante. Um Tribunal que permita unificar os explorados em torno da classe operária para pôr fim ao sistema capitalista apodrecido, através da revolução proletária.

Revolution

## FHC visita as centrais sindicais

O presidente visitou no dia 13 a Força Sindical e se encontrou no dia 14 de março com Vicentinho na Ford.

Da Força Sindical, FHC ouviu as propostas dos burocratas direitistas para o desemprego: um subsídio estatal para as empresas que reduzirem de 44 para 40 horas a jornada semanal de trabalho, e a "qualificação" dos demitidos para que tenham melhores condições de procurarem outros empregos, descartando qualquer possibilidade de reincorporação imediata ao trabalho. É claro que FHC aplaudiu as iniciativas dos pelegos. Que belo serviço prestam eles aos patrões! Além de abandonarem qualquer luta imediata contra as demissões, ainda sustentam cursos de "qualificação" profissional. E apóiam a ajuda governamental às empresas que reduzirem a jornada de trabalho para 40 horas, coisa que grande parte das metalúrgicas já fizeram há tempos. Os empresários já estão fazendo as contas: se reduzirem a jornada de 44 para 40 horas, e depois pagarem horas-extras para manterem a produção no mesmo ritmo, quanto lucrarão com o subsídio estatal?

Quando foi até a Ford no dia seguinte, FHC encontrou os operários com faixas de protesto. E Vicentinho lhe ofereceu um abaixo-assinado em favor da redução da jornada de trabalho, que FHC fez questão de recusar publicamente, humilhando o burocrata reformista. E ainda fez um discurso mentiroso, dizendo que não existe proposta de aposentadoria aos 65 anos, e recebeu aplausos. Dessa

forma, os operários não sabiam se estavam lá para protestar ou para aplaudir o governo. A causa dessa confusão é a linha conciliadora da direção da CUT, que se recusa a organizar a luta nacional de massa contra o governo, porque entende que o plano antinacional e antipopular tem

As visitas de FHC às centrais lhe favoreceram, à sua política e aos patrões que batem recordes atrás de recordes em demissões. Os operários devem prestar atenção à conduta



Vicentinho tentou fazer FHC assinar um abaixo-assinado e se deu mal.

pontos positivos e negativos, e que se trata de negociar, de pressionar o governo para que mude apenas os pontos negativos. Ao ponto da direção da central pressionar a comissão de fábrica a diminuir a virulência do ato. Essa política confunde os operários e os desarma para combater o plano e o governo.

traidora de suas direções e lutarem para que suas organizações sindicais deixem de ser instrumentos de freio às suas lutas e se convertam em impulsores da ação direta por suas reivindicações.

# A disputa interimperialista sobre a América Latina

A viagem do Presidente da França, Jacques Chirac, expôs a disputa interimperialista sobre a América Latina. Esse sub-continente nunca deixou de ser explorado pelas várias potências. Porém, desde que os Estados Unidos des-

potaram como carro-chefe do imperialismo, fizeram deste seu quintal. Na atualidade, com o recrudescimento da crise de superprodução e da conseqüente guerra comercial, as potências têm agido no sentido de ampliar seus mercados, suas fontes de aplicação e de domínio dos recursos naturais.

Um pouco antes da "visita" do presidente francês, houve uma reunião em que se debateu a posição dos Estados Unidos de dissolução do Mercosul no interior de um bloco maior denominado Alca (Área de Livre Comércio das Américas). As autoridades norte-americanas passaram a reexaminar a utilização do Mercosul, principalmente pela liderança do Brasil, como instrumento de barganha com a Europa (Organização Comum do Desenvolvimento Europeu).

O primeiro torpedo partiu de um executivo do FMI, que redigiu um documento mostrando os perigos do protecionismo do acordo Brasil-Argentina-Uruguai-Paraguai. O governo dos Estados Unidos muito bem sabe que o Mercosul serve aos interesses das multinacionais, entre as quais impera a hegemonia norte-americana. Entretanto, não pode permitir que os governos semicoloniais, que participam do Mercosul, possam abrir caminho para uma maior penetração dos capitais europeus e japoneses. Os interesses abrangentes do imperialismo norte-americano devem ser preservados a qualquer preço. Isso explica a ofensiva dos Estados Unidos em favor



O Mercosul tem sido ponto de atrito Brasil/EUA.

da constituição de um só bloco do continente americano, que se estenda do Alasca à Argentina. Assim, a Alca reforçaria sua hegemonia, para atender suas necessidades expansionistas e conter o expansionismo europeu/japonês.

Em sua "visita", Jacques Chirac foi explícito na contestação ao objetivo norte-americano. Discursando, referiu-se aos perigos da "unipolaridade". Disse que depois da superação da bipolaridade, com o fim do regime comunista, tratava-se de construir uma multipolaridade. Esse conceito geográfico foi manejado diplomaticamente. Mas não é preciso ser bom entendedor para se verificar a que grau de conflito tem chegado e chegarão as potências capitalistas que dominam o mundo.

O presidente francês defendeu a existência do Mercosul e propôs um acordo com a União Européia. É claro que tal proposição se choca com a dos Estados Unidos de criação da Alca. Embora Jacques Chirac estivesse falando dos interesses particulares de uma França em crise, serviu de porta-voz das potências européias, que de conjunto vivem o mesmo drama de decadência do capitalismo na França. Sem dúvida, o governo japonês deve apoiar a posição da França, uma vez que o reforço do império norte-americano na América Latina será uma barreira ainda maior para suas multinacionais. Com se vê, o estreitamento do mercado mundial, frente a uma capacidade de produção que o excede de longe, tem levado as potências a formularem políticas estratégicas, como a dos blocos e a da agudização da opressão nacional sobre as semicolônias.

Os "planejadores" da política internacional do imperialismo chegaram à conclusão de que o capitalismo já não pode suportar qualquer traço de protecionismo dos países de economia atrasada (semicoloniais), como os da América Latina. Por outro lado, agem no sentido do protecionismo dentro de suas fronteiras. O termo "globalização" vem servido para indicar tal política do imperialismo, que combina expansionismo com protecionismo. O problema

está em que o movimento do capital metropolitano para submeter ainda mais o capital das semicolônias e todas as fontes de riqueza se dá sob o impulso da guerra comercial. O que quer dizer que o êxito de uma das potências significa o retrocesso das demais.

Como os Estados Unidos são o carro-chefe da economia capitalista, comparecem com os objetivos da "unipolaridade", segundo o representante do imperialismo francês. Em realidade, a multipolaridade de Chirac não passa de um recurso de retórica para defender os interesses do bloco europeu. O que de fato está acontecendo é que os Estados Unidos não podem mais ceder espaços para as demais potências e a crise mundial os empurra para recuperar terreno perdido com a recomposição alemã e japonesa do pós-guerra.

A América Latina é apenas um dos quintais do imperialismo. Há muitos outros, que são igualmente terreno de disputa para uma redivisão pelas potências.

A posição do governo brasileiro se acha num ponto particular. Alçou-se como pivô do Mercosul. E, por um lado, procura utilizá-lo para negociar o grau de subserviência aos Estados Unidos. De outro, maneja-o para reivindicar da União Européia redução do protecionismo frente às mercadorias brasileiras. Ocorre que por não ter uma real soberania não pode tirar verdadeiras vantagens da divisão interimperialista. Está obrigado, de uma forma ou de outra, a levar o país a cumprir a estratégia geral do imperialismo, que é o de abrir as fronteiras nacionais, privatizar as estatais, entregar ramos lucrativos sob o controle dos próprios empresários nacionais e desnacionalizar recursos naturais.

A aparente sagacidade de Fernando Henrique Cardoso de manejar o Mercosul em defesa "dos interesses nacionais" é apenas uma máscara para esconder a subserviência.

Se o proletariado não se organizar para travar a luta antiimperialista e anticapitalista, não será possível modificar a rota do desastre econômico e social. Trata-se de travar a luta ideológica para desmascarar a política pró-imperialista da burguesia nacional e o seguidismo dos reformistas, representados pela social-democracia petista e pela burocracia sindical. Tal luta só poderá avançar se se der em torno do programa da revolução e ditadura proletárias, que combina as tarefas antiimperialistas e anticapitalistas. A construção do Partido Operário Revolucionário é uma condição essencial para o proletariado desenvolver sua força revolucionária.



# Governo aumenta ofensiva para aprovação das reformas antinacionais e antipopulares

Nas últimas semanas, o governo FHC tem voltado suas energias para fazer aprovar mais passos nas reformas neoliberais ditadas pelo imperialismo. A nova proposta de reforma da Previdência, a retomada das privatizações, a pressão pela reforma administrativa mostram a retomada da ofensiva capitalista. As conseqüências, mais uma vez, recairão sobre as massas.

A nova proposta da Previdência é a mesma apresentada antes, agora requestrada com a introdução de mecanismos de reforma gradual. FHC mentiu aos trabalhadores da Ford ao dizer que não existe uma proposta de aposentadoria aos 65 anos. Este é um dos principais pontos da reforma proposta pelo ministro Reinhold Stephanes. Aposentadoria aos 65 anos significa, para a maioria dos trabalhadores, não se aposentar, ou seja, trabalhar até morrer. E o governo quer introduzir essa medida gradualmente, ir aumentando a cada dois anos o limite de tempo para se aposentar, até chegar aos 65 anos. Além dessa proposta, o governo pretende acabar com aposentadorias especiais, como de professores ou de trabalhadores em funções perigosas. FHC também mente ao dizer que quer acabar com privilégios. O governo não atacará as aposentadorias de parlamentares e ex-governantes, que se aposentam com 8 anos de trabalho e ganham pensões milionárias. O conteúdo real da reforma da Previdência é o ataque aos direitos trabalhistas para economizar dinheiro e entregá-lo ao pagamento do parasitismo financeiro, que já consome metade de todas as verbas públicas, e vai parar na maior parte nas mãos dos especuladores estrangeiros.

O ataque à Previdência faz parte dos ataques aos serviços sociais públicos (saúde, educação etc.) promovidos pelo governo. São uma exigência do capital financeiro internacional, para que o governo corte gastos com esses serviços e desvie esses recursos para sustentar o parasitismo das dívidas interna e externa. As conseqüências nefastas dessa política são sentidas pelos assalariados e suas famílias, que sofrem com a perda de direitos sociais mínimos e mergulham cada vez mais fundo na miséria, doenças, ignorância etc.

O combate a essa linha aplicada a partir do Estado requer a unidade e centralização nacional das massas oprimidas. A unificação de suas lutas pelas reivindicações imediatas leva ao confronto com o sustento do parasitismo do capital imperialista pelo governo. Conclui ligando-se às reivindicações antiimperialistas, como a de não pagamento da dívida externa.

## O avanço das privatizações

O governo já apresentou ao imperialismo um plano de privatização das telecomunicações, que no Brasil podem abrir às multinacionais um mercado de 15 bilhões de dólares. O imperialismo norte-americano tem pressionado o governo brasileiro a conceder ainda mais vantagens. Querem que o Estado assumira os setores menos lucrativos da exploração das telecomunicações, monopólio de exploração por alguns anos e outros privilégios.

A entrega das telecomunicações faz parte do programa de privatizações de FHC. O imperialismo, que é credor do país, exige que o governo entregue as estatais para pagamento dos juros das dívidas. E para que o capital estrangeiro assumira setores-chave da economia, altamente lucrativos. A ocupação desses mercados é estratégica para o capital imperialista, que se depara com o estrangulamento do mercado mundial (crise de superprodução). Depende da penetração nos mercados dos países atrasados como o Brasil para sustentar suas taxas de lucro. A concessão feita pelo governo de privilégios às multinacionais nessas condições é prova de total submissão à burguesia imperialista. Enquanto os países desenvolvidos travam uma guerra comercial de protecionismo, a burguesia brasileira concede amplos privilégios para o capital imperialista assumir fatias cada vez maiores do mercado interno, e reduz sua já limitadíssima participação no comércio mundial.

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce é o maior passo do governo nessa direção. Inicialmente, setores oligárquicos parasitários da estatal reclamaram da entrega da Vale e de suas reservas minerais de mão-beijada ao imperialismo (provavelmente serão os japoneses que a comprarão). Agora, o governo apresenta uma proposta de privatização em que se concede uma parcela das reservas a grupos nacionais. Pronto, acabou-se o pseudo-nacionalismo de Sarney, Itamar e cia.

A privatização da Vale significa a entrega de uma das maiores mineradoras do planeta e das maiores reservas minerais. O enxugamento de sua estrutura levará a demissões, e a busca de lucros maiores levará a aumentos de preços, que, em última instância, serão pagos pelos assalariados quando comprarem os produtos finais. E, certamente, haverá ainda mais privilégios aos grupos estrangeiros clientes e proprietários da empresa.

A defesa do estatismo se coloca aliada ao controle operário da produção. É a bandeira que permite os assalariados

travarem a luta antiimperialista e avançarem rumo à luta anticapitalista (revolução proletária).

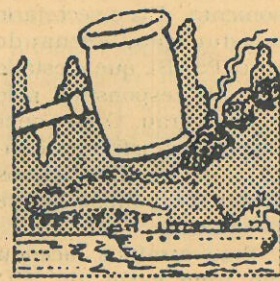
## Reforma administrativa

A reforma administrativa do governo se concentra na abertura da possibilidade legal de demitir massivamente, cortar direitos trabalhistas e arrochar ainda mais os salários. Tudo isso em benefício da manutenção do parasitismo financeiro.

Os funcionários públicos serão atingidos diretamente, com perda de emprego, de direitos trabalhistas e arrocho salarial. Mas os assalariados em geral também serão atingidos, com a queda da qualidade da prestação de serviços públicos em geral, incluída a saúde, educação etc.

O combate imediato à reforma administrativa deve se juntar à luta geral para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC. Essa linha tem sido rejeitada pelas direções sindicais e populares, que limitam as lutas ao corporativismo e localismo e resistem a organizar a luta grevista unitária. Trata-se de exigir a convocação de assembleias e plenárias de base, que imponham a linha de combate ao plano de fome de FHC pelo método da ação unitária e nacional de massa, e construam organismos submetidos diretamente às bases e com poderes acima das direções, os comandos e comitês de luta.

NACIONAL



# Diretoria da Apeoesp está contra uma campanha salarial de luta

Na reunião do Conselho de Representantes, no dia 14 de março, a diretoria trouxe o prof. Guerino (Unicamp) para mostrar, através de gráficos, que os professores não tiveram perdas durante o governo Covas. Ao contrário, salientou "ganhos reais". A diretoria não disse uma palavra para mostrar a pauperização da classe. Preferiu se ater à análise do acadêmico vendido.

A reunião, que tinha como objetivo preparar a campanha salarial de muita luta contra o governo que destrói a educação pública, se resumiu à palestra do presidente da CNTE sobre a LDB, que mais foi a defesa dela do que a sua negação, e à vergonhosa apresentação de Guerino sobre as perdas salariais. Deixou para o período da tarde a discussão de toda pauta, inclusive a campanha salarial, utilizando o método de eliminar o debate político sobre as propostas.

O resultado só poderia ser o da não realização de uma grande campanha de combate à reforma do ensino e ao arrocho salarial de Covas. Assim propôs que houvesse uma assembleia no dia 4 de abril,

porém sem a conotação de um dia de paralisação. Como disse Roberto Felício, a escola trabalha pela manhã, pára no horário de assembleia e retorna no período noturno. Quando indagado pelos professores do interior, que não podem fazer esse vai-vem, respondeu que não dava para aprovar dois dias de paralisação, pois já havia se comprometido com a direção da CUT que faria uma caravana à Brasília no dia 17 de abril.

Mais ainda, defendeu que a assembleia não fosse em local aberto e simplesmente na quadra dos bancários. Segundo ele, caso viesse bastante professor, poderia ser na frente ou na praça. Diante da proposta de um ex-diretor e militante da Articulação para que toda diretoria fosse à Secretaria da Educação exigir abertura de negociação, respondeu que não era possível. O único instrumento que defendeu foi o aerograma, ou seja, cada escola deve enviar um aerograma para cobrar do governador a tal negociação. Dessa forma, a diretoria acredita que estará fazendo uma grande pressão a Covas e este, comovido, reajustaria os salários, da maneira que prometeu na campanha eleitoral.

A pauta de reivindicação se restringiu a uma lista, tendo como carro-chefe o piso de 5 salários mínimos. Por sua vez, não foi dado nenhum prazo ao governo. Tudo foi aprovado conforme manda a cartilha da Articulação, pois possui a maioria no Conselho de Representantes.

Como vemos, essa diretoria está pronta para enterrar mais uma campanha salarial. De enterro em enterro, vai fortalecendo a política do governo. Covas está há dois anos no governo implantando uma reforma do ensino contra os interesses da população trabalhadora.

Mantém o brutal arrocho e não conta com a resistência organizada do conjunto da classe, por responsabilidade da política traidora da Articulação (diretoria da Apeoesp).

## Rechaçar a política de fome e de destruição da escola pública Organizar a mobilização grevista da classe

De nada valerá uma assembleia no dia 4 de abril se não for com a perspectiva de torná-la massiva. Para isso, há que convocá-la de escola em escola. Há que preparar a classe para que paralise as atividades para discutir a proposta de Covas e tomar uma decisão coletiva. É preciso rechaçar a conduta colaboracionista da direção da Apeoesp e apontar o verdadeiro caminho da luta.

O enorme descontentamento da classe diante da reforma e do salário deve ser transformado em presença massiva na assembleia e em disposição para a greve. A experiência de "novas alternativas", conforme propôs a diretoria, já dura dois anos. As consequências têm sido muito duras para o professorado. Haja vista a desmotivação, o descaso e toda sorte de oportunismo presentes numa parcela de nossa classe. É bom que lembremos que todas as nossas conquistas só vieram através de greves e não pelas "novas alternativas". A ilusão semeada pela diretoria de que era possível arrancar conquistas sem a paralisação, como se gabou com a aposentadoria especial dos professores, veio por terra em pouco tempo. Está mais do que na hora de rechaçar esses métodos estranhos aos trabalhadores e apontar novamente o caminho da greve.

## Reforma do Ensino no Rio de Janeiro Objetivo central: Municipalizar e privatizar

A Reforma no estado do Rio de Janeiro segue os mesmos passos de São Paulo. O governador já anunciou a municipalização do ensino de 1ª à 4ª série, numa primeira etapa e de 5ª à 8ª série, num segundo momento. Diz o secretário de educação, Fernando Pinto (PSDB), que o estado só ficará responsável pelo segundo grau. O que quer dizer que transferirá a quase totalidade dos alunos para a responsabilidade dos prefeitos.

Para atraí-los, acenou com uma verba do BID

(Banco Interamericano de Desenvolvimento) de 500 mil dólares, que será destinada ao programa de municipalização e com os recursos próprios que o estado dispõe para o ensino básico. De pronto, 50 municípios se integraram ao programa (Promurj) e 80% mostraram interesse através da assinatura do protocolo de adesão.

A conversa dos governadores sempre é a mesma: a municipalização significará a descentralização do ensino e maior participação da comunidade. Com isso, dizem que haverá melhoria da qualidade. O que de fato não pode ocorrer com os baixos salários de professores e funcionários, com as péssimas condições de trabalho e com a situação de miserabilidade dos alunos. Nesses três elementos,

o programa de municipalização não tocará. O que significa que a Reforma se assentará no arrocho salarial, na manutenção do salário mínimo de fome para maioria das famílias dos trabalhadores e que a escola continuará arrasada, do ponto de vista pedagógico.

Nesse sentido, os professores e funcionários do Rio deverão rechaçar o Promurj, pois nada tem a ver com as melhorias do ensino. Ao contrário, é a porta aberta para o estado desfazer boa parte das escolas públicas. Sem dizer que a experiência de São Paulo já demonstrou que a divisão dos alunos trouxe a demissão em massa. É tarefa da direção do sindicato organizar a luta para pôr abaixo essa reforma destruidora da escola pública.





# O Governo da Prefeita Vilma é continuidade da corrupção e destruição dos serviços públicos

A Prefeita Vilma de Faria, do PSB e PFL, ao assumir a prefeitura, suas primeiras medidas administrativas foram contra os servidores e a população em geral: parcelou em dez vezes os salários atrasados e o 13º, não pagou os 2/3 férias. Afirmou não pagar aos trabalhadores que prestaram serviços à prefeitura na gestão anterior. E propôs retirada dos vales transportes para quem percebe mais de 2 salários mínimos. E o lixo continua por toda cidade não foi retirado nem 50%. A saúde continua a atender precariamente, inclusive as ambulâncias continuam quebradas nas unidades. E o seu discurso de posse, de que em 200 dias colocaria os serviços essenciais em funcionamento já está desconsiderado, pois o parcelamento dos salários atrasados comprovam nossa afirmação, isto quer dizer, que este calendário colocado pela prefeita é um engodo. Quem garantirá o seu cumprimento? E além dessas medidas, há o seu projeto de reformas administrativas que, em breve, será enviado à Câmara de Vereadores, tem conteúdo privatizante, retira conquistas sociais, como a modificação no regime de trabalho, licenças especiais, retirada do 2/3 de férias e outros.

Queremos alertar a todos os servidores que o caráter do governo Vilma é patronal capitalista, que beneficiará os empresários, a exemplo da medida de parcelar em 40 prestações a dívida dos sonegadores de impostos. É um governo entrelaçado com as oligarquias, como o PFL, que é base de

sustentação política do governo FHC, da aplicação do plano real e das reformas neoliberais, por isso, nesses primeiros dias de governo, a prefeita já foi manchete em jornais de TVS e Nacionais, chamada de Nepotista, por ter empregado quase toda a sua família, em todos os escalões, e todos receberam já os seus salários, enquanto os servidores continuam com os seus atrasados. Isto é uma comprovação de corrupção, que permeia o Estado e os governos capitalistas. Também mostra a face repressora destes governos quando reprimiu as invasões dos sem tetos, que iniciou-se em Natal. Suas declarações são de que vai reprimir os movimentos grevistas, e tem uma política de ataque aos sindicatos, neste último mês retirou o desconto.

## O movimento deve se organizar unificando-se rumo à greve geral, municipal.

As direções dos sindicatos, devem cumprir o seu papel. Organizar e mobilizar os trabalhadores para se contraporem aos projetos de destruição dos serviços públicos (saúde e educação) e ao governo Vilma de Faria, começando por comitês de organização por local de trabalho, escolas postos de saúde etc. discutindo no interior das categorias a natureza ideológica desta prefeita, que é um governo de classe / capitalista. Pois somente a luta direta dos trabalhadores e suas organizações poderão por fim as reformas administrativas que

se aproximam.

Por isso, a Corrente Proletária da Educação convoca todos os trabalhadores a não iniciarem o ano letivo na rede municipal previsto para 03/03, como forma de nos contrapormos à política adotada pela prefeitura, organizarmos e deflagarmos uma greve geral no município. Propomos ainda a constituição de uma Frente Revolucionária Anticapitalista cuja finalidade é travar a luta pela derubada do Plano Real e dos projetos neoliberais.

\*Contra o parcelamento dos salários!

\*Queremos Nossos Salários Integral e em dia!

\*Contra a LDB Privatizante!

\*Pela reposição de todas as Perdas Salariais!

\*Contra a Reforma Administrativa da Prefeita!

\*Organizemos a Greve Geral dos Trabalhadores Municipais.

\*Corrente Proletária da Educação - Caixa Postal Nº 2768

OPERAÇÃO  
EDUCAÇÃO



**Publicamos abaixo o boletim do Fórum Estudantil de Fortaleza, que está travando a luta contra o fim da meia-passage estudantil.**

## Abaixo o cartão, em defesa da meia-passage, rumo ao passe gratuito!

Sob o pretexto de modernização, a prefeitura de Fortaleza anunciou no Diário do Nordeste do dia 26 de fevereiro último a mudança do processo de confecção da Identidade Estudantil, substituindo a nossa histórica carteira em cartão Smartcard. A luta contra a implantação do cartão como padrão de representação das identidades estudantis foi iniciada desde o ano passado. Hoje estamos no-

vamente reunidos (entidades e estudantes em geral), contra o cartão, no "Fórum do movimento estudantil em defesa da meia-passage".

Com o falso discurso de que o cartão evitaria a falsificação da Identidade Estudantil (diminuição do lucro empresarial), os argumentos do Sr. Juraci Magalhães e da STM (Secretaria de Transporte do Município) escondem os verdadeiros objetivos:

extinguir o uso da meia-passage (o estudante pagaria meia-passage só para ir e voltar às escolas), dando mais um passo para arrancar o direito da meia, minando a autonomia das Entidades Estudantis do controle sobre a confecção e o preço da carteira (só os empresários passariam a ter esse controle, pois só eles têm a aparelhagem necessária). Isso faz parte de um conjunto de medidas (veto aos

mototaxistas e lotações, reforma administrativa) para aumentar os lucros dos empresários que financiaram a sua campanha, outro problema que se apresenta com a implantação do cartão é a possibilidade de se substituir os cobradores por catracas eletrônicas, como já ocorre no Estado de São Paulo, causando demissão em massa.

A defesa da meia-passagem estudantil e a carteira do passe livre (gratuidade da Identidade Estudantil e da passagem) assim como

a exigência pela estatização dos transportes coletivos, devem ser fortalecidas, concentrando nossas forças para garantirmos a conquista da meia-passagem, compreendendo que a implantação do cartão é expressão clara e efetiva da decadência geral do capitalismo monopolista (Neoliberalismo) e da ofensiva antinacional (privatizações, dívida externa etc.) e antipopular (desemprego, massacres) implementada pelos governos FHC, TASSO E JURACI. Somente através da luta antiimperialista (contra FHC e as multinacionais) e anticapitalista, acumularemos força para derrubar o Smartcard, destruindo o capitalismo

e construindo uma Sociedade sem classes.

**Todos à passeata do dia 7 de março (sexta-feira) em defesa da meia-passagem.**

**Concentração na faculdade de direito às 14h 30 min, somando-se à manifestação "chega de violência contra a mulher", na Praça José de Alencar.**

**Contra o FADE ! Pelo Ensino Público, Gratuito, Laico (Científico) e de Qualidade**

**Abaixo FHC, TASSO, JURACI e suas Reformas!**

## A luta contra a destruição da assistência estudantil

### As dificuldades do

### Movimento de residentes em Natal

Foi realizado no dia 16-01-96, a reunião no CONSAD (conselho de administração). A pauta principal era a aprovação do anteprojeto das residências universitárias de graduação da UFRN, que definiria critérios para a concessão, renovação e cancelamento de auxílio moradia para estudantes de graduação, provenientes do interior e de outros estados, comprovado sua carência.

É importante salientar que os residentes apostaram demasiadamente na burocracia da universidade, que são verdadeiros parasitas administrativos, comprometidos com o projeto político do reitor Ivonildo Rêgo, que tem atacado aos 3 segmentos que o elegeram, através de medidas privatistas.

Os residentes elaboraram um projeto para se contrapor ao do CONSAD. No entanto, o projeto dos residentes não se diferia substancialmente do projeto da burocracia universitária. As questões mais polêmicas

expressas no projeto da burocracia eram as seguintes:

A obtenção da moradia estudantil dependeria da renda *per capita* da família igual ou inferior ao salário mínimo, a cada semestre teria o cadastramento para analisar o perfil sócio-econômico do residente, isto implicaria em:

a) aqueles que obtivessem bolsas de pesquisa, ou conseguissem qualquer emprego superior ao salário mínimo, não permaneceriam mais na residência. O residente tinha que se manter na mesma situação de carência, qualquer possibilidade encontrada pelos residentes para se manterem na residência, os empurrariam para fora das residências.

Outro aspecto polêmico foi o cadastramento semestral e as exigências quanto ao número de disciplinas, tempo de permanência na residência, acesso ao R.U.

O POR, nas reuniões que esteve presente, sempre colocava para os residentes que era necessário fortalecer o movimento, não se curvar ao CONSAD, CONSEP, mas apostar no método da ação direta. Mas, infelizmente, há uma tendência muito forte ao conservadorismo e ao corporativismo que resulta em legitimar as atitudes da burocracia, e não confiar na capacidade deles mesmos (os residentes), gerirem o processo de seleção para os novos residentes, a autonomia nas residências universitárias. Por isso, se colocam contrários a defesa da autonomia nas residências, preferindo permanecer na tutela da burocracia da universidade, que está na contramão não só dos residentes, mas de

todos os estudantes. Na reunião do CONSAD, o POR defendeu essa linha. Tinha também um do PSTU, que em algumas situações capitulou diante das pressões da burocracia e dos residentes que queriam ceder, ou negociar suas propostas. Em outras esteve com o POR.

Infelizmente as propostas defendidas pela TPOR e o conjunto de residentes foram derrotadas de forma esmagadora, salva-se algumas propostas que foram intermediárias, pois os residentes, receosos de perder completamente a proposta faziam negociações por baixo.

O POR foi caracterizado por alguns residentes de sectário. No entanto, o que estávamos fazendo era defender as propostas aprovadas em assembleia, apesar de termos algumas considerações e não concordarmos, algumas propostas só foram aprovadas, porque o POR lançou uma proposta mais avançada do que a apresentada, e os residentes mantiveram as suas, obrigando a burocracia a ceder. Os residentes que estavam presentes negavam em alguns momentos suas próprias formulações.

A luta em defesa da moradia e da assistência estudantil está ligada à defesa da educação pública e gratuita para todos, que passa necessariamente pelo combate pelo fim do ensino pago e contra os governos destruidores do ensino público. Somente com a luta direta e a unidade com o movimento operário, popular e camponês poderemos realizar essas tarefas.



# Dia da Mulher: Lutar pelo fim da opressão é lutar pelo fim do capitalismo!

Publicamos abaixo textos das regionais do POR em Fortaleza e Ceará, com os quais intervíram nas amnistiações do Dia da Mulher (8 de março)

## Fortaleza: A Libertação da mulher será fruto da revolução proletária!

### Abaixo FHC e seu plano de fome!

O Dia Internacional da Mulher é uma festa operária Originou-se em 1908, em New York (Estados Unidos), numa marcha de operárias têxteis pela jornada de oito horas, contra o trabalho infantil e pela igualdade de voto para as mulheres. Isto é, uma luta de classe por reivindicações democráticas e contra a exploração capitalista.

Passados 89 anos, a decadência geral do capitalismo, em sua fase imperialista, vem condenando milhões de mulheres trabalhadoras à superexploração, às péssimas condições de trabalho, aos baixos salários, ao desemprego, à falta de terra, moradia, saúde, educação e ao obscurantismo religioso. Além disso, as trabalhadoras carregam o peso do trabalho doméstico, da família patriarcal, da repressão e discriminação sexual.

No Brasil, as medidas antinacionais e antipopulares do governo FHC, que destroem as conquistas elementares dos trabalhadores (previdência pública, "direitos dos trabalhadores"), sucateiam a economia (abertura de mercado), entregam o país ao saque do FMI e das multinacionais (dívida externa, privatizações) e preparam novos massacres contra os camponeses sem-terra (desarmamento e lei do rito sumário), atacam a maioria nacional oprimida em geral, e as trabalhadoras em particular. A prostituição, a violência doméstica, a esterilização forçada, as violações e o turismo sexual crescem paralelamente com os ataques do imperialismo e da burguesia nativa às massas.

Assim, a luta pela libertação da mu-

lher, contra a dupla jornada de trabalho e a opressão sexual, não está separada da luta antiimperialista e anticapitalista. As reivindicações feministas (aborto livre e gratuito, creches públicas etc.) para serem vitoriosas, precisam estar vinculadas à estratégia da revolução e ditadura proletárias, única capaz de eliminar a fonte principal da opressão e discriminação entre os seres humanos: as relações capitalistas de produção.

E, as trabalhadoras e os trabalhadores mais conscientes devem construir e fortalecer o PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR), para lutar contra toda forma de opressão e exploração, combatendo o imperialismo, a burguesia nacional e os seus agentes no movimento operário-popular, dentro dos princípios do marxismo-leninismo-trotskismo.

Hoje, está colocada uma só tarefa para nós, mulheres e homens trabalhadores do campo e da cidade: por abaixo o governo FHC e seu plano de fome, além de barrar a ofensiva dos latifundiários, do Congresso Nacional corrompido e do governo contra os camponeses sem-terra.

Para isso, é necessário unificar a classe operária, os camponeses pobres e as camadas médias-arruinadas (professores, bancários, funcionários públicos etc.) numa frente única contra a opressão imperialista e a exploração capitalista (FRENTE REVOLUCIONÁRIA ANTIIMPERIALISTA).

Organizemo-nos para lutar por:

\* Aborto livre e gratuito, garantido pelo sistema único de saúde! \* Creches,

restaurantes e lavanderias públicas!

\* Salário mínimo real de 1.800 reais !

\* Redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução de salário e escala móvel das horas de trabalho !

\* Aposentadoria por tempo de serviço ! Estabilidade para todos os trabalhadores! Previdência pública! Saúde e educação gratuitas!

\* Estatização do sistema financeiro, das indústrias e do grande comércio sob o controle dos trabalhadores!

\* Todo apoio às ocupações! Terra aos camponeses pobres! Autodefesa!

\* Pela reestatização das empresas privatizadas! Controle operário!

\* Tribunais populares para julgar os crimes da burguesia

\* Abaixo FHC, Tasso e Juraci !

\* Pelo Governo Operário e Camponês (Ditadura do Proletariado)

PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

Movimento Operário



## Natal:

### A mulher na sociedade capitalista

A opressão da mulher é fruto da opressão de classe da sociedade capitalista, que a cada dia vem se aprofundando com a agudização da crise deste sistema de opressão. Tal crise, ao longo de sua história, vem atacando de forma extremamente cruel as conquistas sociais das massas (aposentadoria, estabilidade no emprego dentre outras).

Tal situação se reflete nas condições de miséria e sofrimento em que se encontram os oprimidos e em particular a mulher trabalhadora, que nesta situação é submetida a duplas jornadas diferenciadas de trabalho

(no lar e no emprego). Situação essa imposta pelos salários aviltantes aos quais se encontra submetida a classe oprimida.

Assim, o sistema capitalista é incapaz de por fim à opressão da mulher, de vez que trata-se de acabar com a opressão de classe. Resolver tal situação implica em mudanças radicais da estrutura de classe que se efetivarão com a Revolução Proletária, capaz de construir a Sociedade Socialista.

# Karl Marx

Karl Marx nasceu em 5 de maio de 1818 em Trier (Prússia renana). O pai, advogado, israelita, converteu-se em 1824 ao protestantismo. A família, abastada e culta, não era revolucionária. Depois de ter terminado os seus estudos no

liceu de Trier, Marx entrou na Universidade de Bona e depois na de Berlim; aí estudou direito, história e filosofia. Em 1841 terminava o curso defendendo uma tese de doutoramento sobre a filosofia de Epicuro. As concepções de Marx, neste momento, eram as de um idealista hegeliano. Em Berlim, aderiu ao círculo dos "hegelianos de esquerda" (Bruno Bauer e outros), que procuravam tirar da filosofia de Hegel conclusões atéticas e revolucionárias.

Ao sair da Universidade, Marx fixou-se em Bona, onde contava tornar-se professor. Mas a política reacionária do governo obrigou Marx a renunciar a uma carreira universitária. Nesta época, o desenvolvimento das idéias hegelianas de esquerda fazia, na Alemanha, rápidos progressos. A partir de 1836, Ludwig Feuerbach começa a criticar a teologia e orientar-se para o materialismo, ao qual, em 1841, adere completamente (*A Essência do Cristianismo*); em 1843 aparecem os seus *Princípios da Filosofia do Futuro*. Nessa altura, os burgueses radicais da Renânia, que tinham certos pontos de contato com os hegelianos de esquerda, fundaram em Colônia um jornal de oposição, a *Gazeta Renana* (que aparece em 1 de janeiro de 1842). Marx e Bruno Bauer foram seus principais colaboradores e, em outubro de 1842, Marx tornou-se o redator-chefe, mudando-se então de Bona para Colônia. Sob a direção de Marx, a tendência democrática revolucionária do jornal acentuou-se cada vez mais e o governo começou a submetê-

lo a uma dupla e mesmo tripla censura e acabou por ordenar a sua suspensão completa no dia 1 de janeiro de 1843. Nesse momento, Marx viu-se obrigado a deixar o cargo de redator, mas sua saída não salvou o jornal, que foi proibido em março de 1843. Entre os artigos mais importantes que Marx publicara na *Gazeta Renana*, Engels cita um sobre a situação dos vinhateiros do vale do Mosela. A sua atividade de jornalista tinha mostrado a Marx que seus conhecimentos de economia política eram insuficientes e por isso lançou-se a estudá-la com ardor.

Em 1843, Marx casou-se com Jenny von Westphalen, amiga de infância, de quem já era noivo desde o tempo de estudante. Ela pertencia a uma nobre e reacionária família da Prússia. O irmão mais velho de Jenny foi ministro do interior da Prússia numa das épocas mais reacionárias (1850/58).

No outono de 1843, Marx foi a Paris editar uma revista radical em colaboração com Arnold Ruge, intitulada *Anais Franco-Alemães*, que só chegou a ter um número, devido as dificuldades para a divulgação clandestina na Alemanha e de divergências com Ruge. Nos artigos para esta revista, Marx se coloca como um revolucionário apelando para as massas e o proletariado.

Em setembro de 1844, Friedrich Engels esteve em Paris por uns dias, e desde então se tornou amigo íntimo de Marx. Ambos participaram ativamente dos grupos de revolucionários de Paris (onde fazia sucesso a doutrina de Proudhon, a qual Marx submeteu uma severa crítica em sua obra *Miséria da Filosofia* de 1847) e, numa árdua luta contra as diversas doutrinas do socialismo pequeno-burguês, elaboraram a teoria e a tática do socialismo proletário revolucionário ou comunismo. Em 1845, a pedido do governo prussiano, Marx é expulso de Paris e parte para Bruxelas. Na primavera de 1847, Marx e Engels filiam-se a uma sociedade secreta de propaganda, a *Liga dos Comunistas*, tendo um papel destacado no II Congresso desta Liga (Londres, novembro de 1847), e por incumbência deste Congresso redigiram o célebre *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em fevereiro de 1848, onde mostra brilhantemente o materialismo conseqüente aplicado no domínio da vida social, a dialética, a teoria da luta de classes e do papel revolucionário do proletariado, criador de uma nova sociedade, a sociedade comunista.

Quando eclodiu a revolução de fevereiro de 1848 (França), Marx foi expulso da Bélgica. Regressou novamente a Paris, que deixou depois da revolução de março (Alemanha e Áustria) voltando a Colônia. Foi aí que apareceu entre 1 de junho de 1848 e 19 de maio de 1849 a *Nova Gazeta Renana*, onde Marx foi o redator-chefe. Os

acontecimentos revolucionários de 1848/49 provaram sua teoria.

A contra-revolução vitoriosa na Alemanha leva Marx aos tribunais e depois expulsa-o da Alemanha. Voltando então para Paris, onde é também expulso após a manifestação de 13 de junho de 1849 contra o autoritarismo da maioria da Câmara Legislativa, partindo em seguida para Londres, onde viveu até o fim de seus dias.

As doutrinas e correntes predominantes do socialismo pequeno-burguês, do socialismo não proletário em geral, obrigavam Marx a travar uma luta implacável, incessante e, por vezes, a defender-se dos ataques pessoais mais furiosos e mais absurdos.

Marx desenvolveu numa série de trabalhos históricos: elaborando a sua teoria materialista, dedicando-se sobretudo ao estudo da economia política, revolucionando esta ciência, com suas obras *Contribuição para a Crítica da Economia Política* (1859) e *O Capital* (tomo I editado em 1867).

O reanimamento dos movimentos democráticos, no final da década de 50 e 60, levou Marx a voltar ao trabalho prático. Foi em 1864, em Londres, que se fundou a *I Internacional*, *A Associação Internacional dos Trabalhadores*. Marx foi a sua alma, unindo o movimento operário dos diversos países, procurando orientar numa via de atividade comum as diversas formas do socialismo não proletário, pré-marxistas (Mazzini, Proudhon, Bakunin, o trade-unionismo inglês, os lassallianos) combatendo as teorias de todas estas seitas e escolas.

Marx foi forjando uma tática única para a luta proletária da classe operária dos diversos países. Depois da *Comuna de Paris* (1871), analisada por Marx em *A Guerra Civil em França*, e depois da cisão provocada pelos bakuninistas, a *Internacional* não pôde continuar a subsistir na Europa. Depois do Congresso de 1872 em Haia, Marx conseguiu transferir o Conselho Geral da Internacional para New York. A *I Internacional* tinha cumprido sua missão histórica e dava lugar a uma época de crescimento infinitamente maior do movimento operário em todos os países do mundo (formação dos partidos socialistas operários de massa em vários países).

Sua atividade intensa na *Internacional* e seus trabalhos teóricos, que exigiam esforços ainda maiores, abalaram definitivamente a saúde de Marx. Prosseguiu a sua obra de transformação da economia política e de acabamento de *O Capital*, reunindo uma massas de documentos novos e estudando várias línguas, mas a doença impediu-o de terminar *O Capital*.

A 14 de março de 1883, Marx adormecia pacificamente, em sua poltrona, para o último sono.

(Trechos de *Breve Nota Biográfica - Karl Marx*, escrito por Lenin em 1914)



# Uma data histórica para o movimento operário

## Comuna de Paris: 126 anos

Já se vão 126 anos em que, pela primeira vez na história, o proletariado tomou o poder da burguesia através da ação direta das massas. Essa experiência, ainda que derrotada pela burguesia, traz muitas lições, esquecidas ou renegadas pelo reformismo e pelas correntes de esquerda.

O proletariado parisiense mostrou toda sua bravura quando, vendo sua cidade cercada pelo exército prussiano, depois da capituladora burguesia ter fugido desesperada para Versalhes, decide pela resistência, se organizando na *Guarda Nacional*.

A 28 de janeiro de 1871 Paris esfomeada capitulou, mas o inimigo, que desarmou as tropas regulares francesas, não o consegue com a *Guarda Nacional*.

O governo em Versalhes logo procurou desarmar o proletariado parisiense tentando roubar suas armas em 18 de março. As tropas dirigidas pelos generais Thomas e Lecombe, chegaram a Paris, mas ao invés de atacar os irmãos proletários, se solidarizam a estes e fuzilam seus generais.

Em plena guerra contra Versalhes, os comunardos realizam eleições para a *Comuna* em 26 de março. Os eleitos tomam posse no dia 28 e recebem do *Comitê Central da Guarda Nacional* a direção do Governo de Pa-

ris.

Os primeiros atos da *Comuna* foram a separação do Estado da Igreja (principalmente com relação à educação, fim do ensino religioso e fim da sustentação dos sacerdotes pelo Estado) e a decretação do teto salarial para funcionários da *Comuna* em 6 mil francos (o salário médio dos operários).

A 16 de abril, inicia-se um plano para o funcionamento das fábricas, cujos donos fugiram para Versalhes, no dia 20 foi abolido o trabalho noturno e no dia 30 foi extinta a Casa de Penhores.

A reação de Versalhes foi implacável. Paris foi bombardeada constantemente a partir de 7 de abril. Os comunardos repeliram o ataque em 11 de abril. Versalhes então se alia ao governo prussiano (que liberta as tropas francesas presas em solo alemão).

No início de maio as tropas fiéis ao governo burguês recebem reforços dos ex-prisioneiros de guerra e conseguem entrar finalmente em Paris em 21 de maio. Mas a resistência parisiense não se esmorece, ela se dá casa por casa, cômodo por cômodo, só caindo o último foco de resistência em 28 de maio. Neste mesmo dia a burguesia começa a realizar execuções em massa que só terminaram em

julho. No total foram fuzilados 17 mil parisienses.

Até o final de 1874 foram criados 24 conselhos de guerra para julgar o proletariado parisiense, pela insolência que teve de enfrentar a burguesia. Estes conselhos pronunciaram 13.400 condenações (entre elas 80 crianças e 132 mulheres). Foram 270 penas de morte, 410 condenações à trabalhos forçados, 322 foram exilados e o restante deportados ou presos.

A rica experiência da luta da classe operária francesa serviu para que o proletariado mundial avançasse na elaboração de seu programa. Servindo de base e experiência para a vitoriosa Revolução de Outubro Russa. Suas mortes não terão sido em vão, desde que assimilamos e apliquemos as lições na luta para acabar com a exploração de classe.

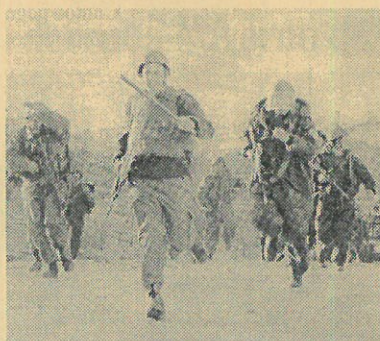
Internacional



## A tendência na Palestina é a da guerra, não a da paz

O governo israelense tem tomado medidas de aumento da opressão sobre a nação palestina. A decisão de instalar uma nova colônia judaica no lado oriental de Jerusalém, à revelia dos "acordos de paz" (rendição dos palestinos), inclusive com o fechamento arbitrário de escritórios da OLP na área por policiais israelenses, e o não cumprimento da retirada de tropas das áreas palestinas agrava as tensões na região.

Os acordos de paz assinados por Arafat há dois anos significaram na prática a rendição da OLP à Israel. O estabelecimento de áreas de Autonomia Palestina, ainda que com polícia própria, submetem essas regiões ao Estado de Israel e às tropas israelenses. As prisões judaicas continuam recheadas de presos políticos. A repressão aos palestinos prossegue, inclusive com métodos obscurantistas de destruição das residências dos perseguidos e salinização da área.



Israel, enclave norte-americano no Oriente Médio, não pode conceder a independência plena aos palestinos, porque significa abrir mão de seu papel de base avançada do imperialismo no Oriente Médio.

Grande parte dos palestinos está iludida pelo acordo traidor de Arafat com Israel. A retomada da ofensiva do governo Netaniahu vai acirrar as contradições entre judeus e palestinos. Não será possível manter a "paz" que submete a nação palestina a Israel, que é um enclave do imperialismo no Oriente Médio.

Os revolucionários se colocam incondicionalmente ao lado da nação palestina oprimida. Apointamos a necessidade de construção de uma direção revolucionária que rompa com a política conciliadora e de rendição de Arafat e se coloque pela autodeterminação palestina, que só pode ser conseguida combatendo o enclave norte-americano no Oriente Médio.

# Viva a insurreição na Albânia!

Há várias semanas a Albânia vem sendo sacudida por mobilização diária das massas populares. A partir das manifestações de ruas em Tirana, desenvolveu-se um amplo movimento nacional dos explorados. Os protestos com concentrações de massa e marchas se transformaram num levante armado contra o governo capitalista e corrupto de Sali Berisha.

Os trabalhadores e uma multidão de jovens desempregados, enfurecidos, invadiram os quartéis e se apossaram das armas. Tal ação radical tem um claro objetivo: pôr abaixo o governo, que alimentou a ciranda financeira das aplicações na denominada "pirâmide". A juventude revolucionária ocupa um lugar de destaque no movimento insurrecional. Todo o sul do país passou para o controle das milícias populares e o movimento se dirigiu para a tomada da capital Tirana. A imprensa burguesa mundial e brasileira tem procurado confundir o levante revolucionário com um caos de bandoleiros e mafiosos.

Em realidade, os bandoleiros e mafiosos são o governo, os capitalistas, que procuram se reconstituir como classe exploradora, e toda sorte de agiotas do capital financeiro. Os quadrilheiros são os que enganaram a população com o conto do dinheiro fácil através das aplicações na "pirâmide". A expropriação da poupança popular, onde a pobreza impera, é um ato criminoso, que vem no sentido de reconstituir o débil capitalismo na Albânia.

A classe operária do mundo inteiro deve levantar o punho e gritar: Viva a insurreição na

Albânia! Abaixo o governo de reconstrução capitalista, corrupto e mafioso! Fora os falsos socialistas, estalinistas, responsáveis pela destruição da revolução Albanesa! Por um governo operário e camponês! Pela expropriação de toda riqueza capitalista advinda da restauração burguesa! Que a produção e a distribuição passem inteiramente para as mãos de operários e camponeses!

## Lutemos contra o intervencionismo imperialista na Albânia

Diante da insurreição, da recusa do exército em atirar nos trabalhadores e juventude e da perda do controle de boa parte do país para os revoltosos, o governo de Sali Berisha convocou as potências imperialistas da Europa a intervirem militarmente. Tal chamado tem por meta sufocar em sangue a rebelião dos oprimidos contra a máfia capitalista opressora.

A Alemanha e demais países da União Européia temem uma ação sobre a Albânia, uma vez que poderão encontrar resistência nas massas. O primeiro passo é procurar estrangular a luta, através de medidas políticas e de assessoria militar às forças repressivas internas. Os Estados Unidos se pronunciaram pela renúncia do presidente Sali Berisha. Dessa forma, se pretende reorganizar o poder do estado com os mesmos mafiosos, mas com novas caras e promessas de solução do saque promovido pelos banqueiros da "pirâmide".

Os capitalistas europeus decidi-

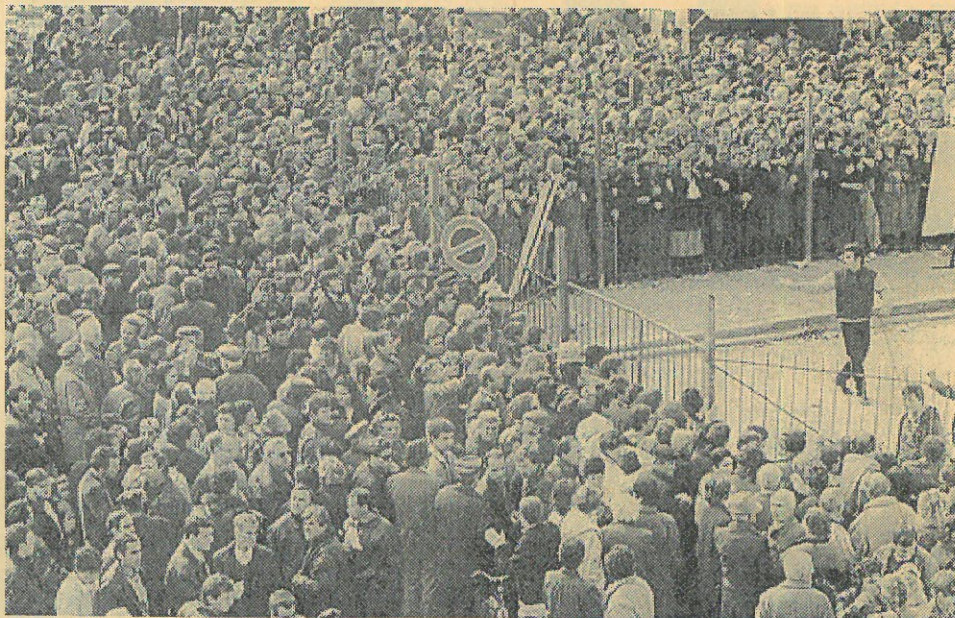
ram enviar uma comitiva diplomática e militar para auxiliar as forças da reação a esmagar a insurreição armada. Essas manobras do imperialismo são uma preparação do terreno para a intervenção militar, caso não se obtenha êxito com as medidas iniciais. O levante na Albânia é um perigo não só para o governo de Berisha e seus apaniguados estalinistas do ex-Partido do Trabalho mas também para os interesses gerais do imperialismo.

A vitória das massas se constituirá num passo da revolução anti-restauração capitalista, que poderá contaminar outros países nas mesmas condições (Polônia, Hungria, Rússia etc). A restauração capitalista em curso no Leste Europeu, ex-União Soviética, China, Vietnam e Cuba é historicamente estratégica para a burguesia mundial.

A reintrodução das relações capitalistas, onde o proletariado e demais oprimidos arrancaram da classe capitalista o poder econômico e político, constitui-se num grande retrocesso histórico fundamental para a subsistência do sistema capitalista mundial, que está atravessando a aguda crise estrutural. Qualquer rebelião dos explorados contra a opressão de classe se projeta perigosamente contra o restauracionismo burguês. Está aí por que a pequena e empobrecida Albânia se destaca no olho da tormenta mundial, mostrando o caminho da libertação através da insurreição armada.

É dever do proletariado mundial, da juventude e de todos os sinceros comunistas lutarem contra a inter-





venção imperialista e pela vitória da insurreição.

### O Papa exorta o fim da rebelião

Como era de se esperar, o Pontífice da Igreja Católica, o papa João Paulo II, saiu em coro com os governos imperialistas exortando os trabalhado-

res a deporem as armas e se ajoelhem sob os pés da burocracia estatal do governo Berisha. Esse mesmo "santo" foi um dos arquitetos, juntamente com o imperialismo norte-americano, do movimento pela destruição das conquistas proletárias e camponesas na Polônia. Nesse país, a política da burocracia estalinista

criou as condições para a reação pró-capitalista levantar a cabeça.

O papa João Paulo II, que é polonês, esperou que as mazelas do estalinismo e a crise econômica do "socialismo num só país" empurrassem as massas para o beco sem saída da restauração capitalista. Agora, sai em defesa do governo Berisha contra a insurreição. Com o palavreado adocicado de não-violência e de paz social, o chefe da igreja católica e "santo" da burguesia condena as massas por pegarem em armas contra seus algozes. É nesses momentos que os operários podem ver o papel pró-capitalista e pró-imperialista da igreja e seus "anjos".

Nada de depor armas!

Organizar as milícias populares!

Organizar um Estado Maior da Revolução Proletária!

Internacional

## A História do Trotskismo no Brasil

### O PORT e o Golpe de 64

*No Massas 126 vimos o nascimento do PORT, após a reorganização de uma parcela dos trotskistas brasileiros, com a grande greve dos 300 mil em São Paulo (1953). Como vimos a linha do PORT era feita por Posadas, que conciliava neste momento sua política de primazia da revolução colonial com a de Pablo que insistia em entrar no estalinismo ou, onde este fosse fraco, no nacionalismo, para que, no interior deste, pudesse construir um "partido revolucionário de massas". Hoje veremos como esta linha atinge o PORT no período do golpe de 64.*

Os militantes do PORT seguem ao pé da letra as determinações de Posadas. Em Pernambuco aglutinaram os militantes no município de També para organizar os camponeses. Em 7 de setembro de 1963 conseguem realizar um Congresso Camponês que aprovou como bandeira fundamental de luta "a unificação dos trabalhadores de Pernambuco na greve geral e na formação de um Tribunal Popular para julgar os patrões". O congresso teve como consequência imediata a intensificação da luta pela terra e da auto-defesa. A repressão não demorou:

Jeremias (principal líder do movimento e membro do CC do PORT) foi assassinado enquanto realizava um ato em frente à Usina Oriente. Além disso a oligarquia latifundiária começa a pressionar o governador Miguel Arraes a fechar o sindicato de També e a perseguir as lideranças do PORT. Desta forma as 3 principais lideranças do partido em Pernambuco foram presas.

O clima de golpe rondava os ares, mas o PORT, assim como os estalinistas, acreditavam que seria dado por "Goulart ou qualquer outro reformista, civil ou militar. Não há outro caminho para a situação (Frente Operária de 29 de dezembro de 1963).

De fato, Jango, ao mesmo tempo que fazia propaganda pelas reformas de base, demorava indefinidamente a aprová-las; ao mesmo tempo em que fazia reuniões dirigidas para as massas, afastava de seu governo os nacionalistas e entregava os principais cargos para a direita pró-imperialista. Isto, tentando atrair ao PDS e à UDN sem romper com setores da esquerda. Essa política levou Goulart ao isolamento.

A política populista de colaboração de classe não resistiu ao ascenso das massas em luta, que extrapola-

ram as estruturas criadas para contê-las. A oligarquia, vendo que as massas já não eram ganhas pelos reformistas e começavam a passar por cima das suas direções, opta pelo golpe.

O PORT, depois do golpe, continua o desenvolvimento de sua linha como se nada tivesse acontecido. Posadas exige a continuidade do mesmo ativismo. Assim, muitos de seus militantes foram apanhados pela repressão.

Posadas, que já havia rompido com Pablo, decide pela criação de sua própria *IV Internacional* tentando colocar nos países onde controlava uma direção de sua confiança. É isso que veremos numa próxima oportunidade."



# Bolívia: avança a situação revolucionária

A greve nacional de presos comoveu o país. A tentativa de mudança do Código Penal pelo governo foi respondida com a luta nacional dos presos. Alguns deles radicalizaram com a autocrucificação, autoenterro, autoflage-

lação (queima da boca com brasas), que mostra que a tendência de luta está presente por todos os setores do país.

Os motoristas de ônibus também ameaçaram se juntar aos grevistas presos, porque o Código proposto pelo governo enquadraria os acidentes de trânsito como crimes comuns.

Enquanto isso, no norte do país, há áreas fora do controle da polícia, onde os camponeses índios bloqueiam estradas e se juntam aos operários mineiros em greve com ocupação de minas.

O congresso nacional da federação de professores também mostrou as tendências da situação. A maior delegação foi a do POR trotskista. Mas as outras forças políticas se juntaram, desde as governistas, direitistas e estalinistas, contra a posição revolucionária. Mas o debate no congresso deslocou e dividiu a frente oportunista e fortaleceu o POR, que foi a única posição capaz de defender uma política de combate à destruição

PROLETARIOS DEL MUNDO UNIOS! **MASAS** N° 1554

**POR**

Tarea del momento:  
**TODOS LOS SECTORES DEBEN UNIRSE Y PONERSE EN PIE DE LUCHA A MUERTE.**

La experiencia vivida en los últimos días nos enseña:  
Los diversos sectores sociales están dispuestos a ganar las calles para arrancar, por el camino de la acción directa, **SUS REIVINDICACIONES. ES LA BUROCRACIA SINDICAL LA QUE ACTUA COMO EL OBSTACULO QUE IMPIDE UNA MOVILIZACION MASIVA Y REVOLUCIONARIA.**

Ha llegado el momento de vencer ese obstáculo odioso y reaccionario.  
**CORRESPONDE QUE LAS BASES SE ORGANICEN, GANEN LAS CALLES, USEN LA VIOLENCIA PARA IMPONER SUS REIVINDICACIONES.**

**ESAS MASAS DEBEN IMPONER LA ABSTENCION MAYORITARIA.**

**¡BASTA DE REPRISION EN EL CHAPARE!**

da educação, levada pelo governo do MNR.

A tendência de avanço da situação revolucionária permanece. Mas o maior entrave tem sido a ação da direção burocratizada da COB. As massas, com avanços e retrocessos momentâneos, no geral caminham para frente e chocam-se contra o governo. Começam a surgir no combate organismos que respondem a essa situação, os comitês de base grevistas. O POR está empenhado em impulsionar a formação desses organismos e se colocar como direção. O resultado do ascenso geral revolucionário em curso depende do partido revolucionário se colocar à altura das tarefas colocadas. Seu fracasso significará abrir campo para o esmagamento das massas pela repressão.

O governo tem preparado caminho para ampliar a repressão sobre o POR. Uma de suas medidas foi a proposta de alteração legal que fortalece a repressão à imprensa considerada ofensiva, subversiva ou ilegal. Tudo indica que esse passo será seguido por outros, alguns já em curso, como a perseguição a dirigentes.

O apoio à luta revolucionária na Bolívia é tarefa de primeira grandeza para os revolucionários em qualquer país. Uma vitória da revolução boliviana abrirá caminho em todo o planeta para a construção de partidos revolucionários e para as lutas revolucionárias. Por outro lado, a derrota do POR aumentará as dificuldades nesse sentido.

Apoiemos a luta revolucionária na Bolívia! Apoiemos a luta do POR!

## Operários da Renault se juntam contra as demissões

A fábrica de veículos francesa Renault anunciou a demissão de 3 mil funcionários na França, passo que será seguido na Bélgica

e na Espanha. As demissões sumárias violaram uma série de acordos trabalhistas e fazem parte de um processo de enxugamento do grupo, que pretende utilizar-se da exploração de mão-de-obra barata na América Lati-

na para substituir em parte a produção na Europa.

Os operários belgas imediatamente se organizaram e centenas deles foram até a França, juntando-se aos operários franceses em protesto contra as demissões.

A Renault chegou a oferecer um acordo ao governo francês no qual se substituiria operários demitidos por adolescentes de 14 anos. Mostra o nível de apodrecimento capitalista, que incrementa o desemprego e a superexploração, chegando ao ponto de propor abertamente a substituição de operários por crianças.

Por outro lado, a ação dos operários belgas e a resposta imediata dos operários franceses mostra a tendência de luta no proletariado, que só não se generaliza e unifica pelo trabalho conciliador das direções sindicais. É mais uma demonstração da crise de direção revolucionária do proletariado, apontada por Trotsky em 1938 e que perdura até hoje.



Operário da Renault belga atira carroceria sobre barricadas.

Internacional

